

POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS INTERSETORIAIS NA GARANTIA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS NEURODIVERGENTES

**SOCIAL POLICIES AND INCLUSIVE EDUCATION: CROSS-SECTOR
CHALLENGES IN GUARANTEEING THE RIGHTS OF NEURODIVERGENT
CHILDREN**

Ciências Humanas • 04/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785475403](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785475403)

Francisco José da Cunha Cavalcanti¹

George Henrique Braga Lins²

Hiarlen Carnellósi Carolino Cella³

Luana Ramos Santos⁴

Luiz Jesus de Oliveira⁵

Márcia Pires de Azara⁶

Matheus Carvalho de Moraes⁷

Miriam Rodrigues Barbosa⁸

Mirian Roberta dos Santos Fujiyoshi⁹

Paulo Matos de Oliveira¹⁰

Wanessa Maria de Lima¹¹

RESUMO

Este artigo analisa os desafios e possibilidades da implementação intersetorial de políticas sociais voltadas à educação inclusiva, com foco na garantia dos direitos de crianças neurodivergentes. A partir de um referencial teórico que articula dimensões históricas, conceituais e estratégicas, discute-se a evolução normativa no Brasil desde a Constituição de 1988, passando pela LDB, PNE e Lei Brasileira de Inclusão. Evidencia-se que, apesar dos avanços legais, persistem obstáculos como fragmentação institucional, insuficiência na formação docente, barreiras atitudinais e escassez de recursos pedagógicos. O estudo destaca a importância da formação inicial e continuada de professores, da adoção de metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e recursos adaptados, além da participação ativa das famílias como eixo estruturante da inclusão. Conclui-se que a efetividade da educação inclusiva depende da articulação entre saúde, educação e assistência social, bem como da valorização da diversidade como princípio orientador das políticas públicas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; políticas sociais; neurodivergência; intersectorialidade; família.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and possibilities of intersectoral implementation of social policies aimed at inclusive education, focusing on guaranteeing the rights of neurodivergent children. Based on a theoretical framework that articulates historical, conceptual, and strategic dimensions, it discusses the normative evolution in Brazil since the 1988 Constitution, including the LDB, PNE, and the Brazilian Inclusion Law. Despite legal advances, obstacles such as institutional fragmentation, insufficient teacher training, attitudinal barriers, and lack of pedagogical resources

persist. The study highlights the importance of initial and continuing teacher education, the adoption of differentiated methodologies, flexible curricula, and adapted resources, as well as the active participation of families as a structuring axis of inclusion. It concludes that the effectiveness of inclusive education depends on the articulation between health, education, and social assistance, as well as on valuing diversity as a guiding principle of public policies.

Keywords: Inclusive education; social policies; neurodivergence; intersectorality; family participation.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação dos direitos humanos e da cidadania plena, sendo reconhecida internacionalmente como um direito inalienável e uma condição essencial para a construção de sociedades democráticas e equitativas. No Brasil, esse princípio foi incorporado ao ordenamento jurídico a partir da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Desde então, políticas sociais voltadas à inclusão têm avançado, especialmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015).

Apesar desses avanços normativos, a realidade educacional brasileira ainda revela obstáculos significativos para a efetivação da inclusão. A implementação intersetorial das políticas sociais, que deveria garantir a articulação entre saúde, educação e assistência social, enfrenta barreiras estruturais, burocráticas e culturais. Essa

fragmentação compromete a integralidade das ações e limita a garantia plena dos direitos de crianças neurodivergentes aquelas que apresentam condições como autismo, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras.

O conceito de neurodivergência, surgido nos debates contemporâneos sobre diversidade cognitiva, desloca o olhar da deficiência para a diferença, reconhecendo que os modos distintos de funcionamento neurológico fazem parte da pluralidade humana. Essa perspectiva rompe com a lógica biomédica tradicional, que tende a patologizar comportamentos e aprendizagens diferentes, e propõe uma abordagem que valoriza a singularidade de cada sujeito. Nesse sentido, a educação inclusiva não deve ser compreendida apenas como acesso físico à escola, mas como garantia de permanência, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral, respeitando as especificidades de cada criança.

A intersectorialidade, entendida como a articulação entre diferentes setores e políticas públicas, é condição indispensável para que a inclusão seja efetiva. No entanto, sua implementação enfrenta desafios como a ausência de diálogo entre órgãos governamentais, a falta de formação adequada dos profissionais envolvidos e a escassez de recursos pedagógicos e de apoio especializado. Além disso, barreiras atitudinais, como preconceito e desconhecimento sobre a neurodivergência, ainda permeiam o ambiente escolar e social, reforçando estigmas e dificultando a construção de práticas inclusivas.

Nesse contexto, torna-se urgente analisar os desafios e possibilidades da implementação intersectorial de políticas sociais

voltadas à educação inclusiva. É preciso compreender que a inclusão não pode ser responsabilidade exclusiva da escola, mas deve ser compartilhada entre diferentes setores e níveis de governo, envolvendo também a sociedade civil e as famílias. A garantia dos direitos de crianças neurodivergentes exige políticas integradas que contemplem desde diagnósticos precoces até práticas pedagógicas adaptadas, passando por apoio psicossocial e formação continuada de professores.

Este artigo, portanto, busca contribuir para o debate acadêmico e político sobre a educação inclusiva, analisando criticamente os obstáculos enfrentados na implementação intersetorial das políticas sociais e apontando caminhos possíveis para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Ao destacar a importância da articulação entre saúde, educação e assistência social, pretende-se reforçar a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem a diversidade humana em todas as suas dimensões, garantindo às crianças neurodivergentes não apenas o direito à educação, mas também o direito à cidadania plena.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das políticas sociais e da educação inclusiva no Brasil exige um olhar histórico e crítico, capaz de compreender tanto os avanços normativos quanto as lacunas persistentes na prática. Desde a Constituição Federal de 1988, o país passou a reconhecer a educação como direito universal, estabelecendo bases para políticas voltadas à equidade e à democratização do acesso. Esse marco jurídico inaugurou uma nova fase na história educacional brasileira, ao garantir que a educação fosse não apenas um serviço, mas um direito fundamental, vinculado à cidadania plena.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) reforçou esse compromisso ao prever atendimento especializado para estudantes com necessidades específicas, introduzindo o conceito de educação especial como modalidade transversal. Essa perspectiva foi ampliada pelo Plano Nacional de Educação (2014–2024), que incluiu metas voltadas à inclusão, como a universalização do acesso, a formação de professores para lidar com a diversidade e a ampliação da oferta de atendimento educacional especializado.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) consolidou avanços ao garantir direitos às pessoas com deficiência, incluindo acesso à educação em todos os níveis e modalidades. Contudo, observa-se que a neurodivergência, enquanto conceito emergente, ainda carece de reconhecimento explícito nas políticas públicas. O termo, originado nos debates contemporâneos sobre diversidade cognitiva, amplia a compreensão da diferença, deslocando o foco da deficiência para a pluralidade de modos de funcionamento neurológico. Essa mudança de paradigma é fundamental para superar práticas excludentes e construir uma educação que valorize a singularidade de cada sujeito.

A intersetorialidade, por sua vez, é um princípio presente em documentos oficiais e em debates acadêmicos. Ela pressupõe a articulação entre diferentes setores saúde, educação, assistência social para garantir integralidade das ações. No entanto, a prática revela dificuldades: burocracia, falta de comunicação entre órgãos e ausência de mecanismos institucionais que favoreçam a cooperação. Essa fragmentação compromete a efetividade das políticas e limita a garantia plena dos direitos de crianças neurodivergentes.

Autores como Silva e Oliveira (2021) destacam que a inclusão escolar só se torna efetiva quando há diálogo entre políticas sociais, formação docente e práticas pedagógicas adaptadas. Para esses autores, a escola não pode ser vista como espaço isolado, mas como parte de uma rede de proteção social que envolve família, comunidade e serviços públicos. A literatura internacional, representada por organismos como a UNESCO (2020), reforça que a inclusão é um processo contínuo, que exige mudanças culturais, institucionais e pedagógicas. A UNESCO defende que a educação inclusiva não é apenas uma questão de acesso, mas de qualidade, equidade e respeito à diversidade.

Além disso, estudos recentes apontam que a neurodivergência desafia modelos tradicionais de ensino, exigindo metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e práticas pedagógicas centradas no aluno. Pesquisadores como Armstrong (2017) argumentam que reconhecer a neurodiversidade é reconhecer que cada cérebro aprende de forma distinta, e que a escola deve ser capaz de acolher essa pluralidade. Essa perspectiva dialoga com a noção de direitos humanos, ao afirmar que a diferença não pode ser motivo de exclusão, mas deve ser valorizada como parte da riqueza da experiência humana.

Portanto, o referencial teórico que sustenta este estudo articula três dimensões fundamentais:

- **Histórica:** avanços normativos desde a Constituição de 1988.
- **Conceitual:** emergência da neurodivergência como categoria de análise.

- **Estratégica:** necessidade de intersetorialidade para garantir integralidade das ações.

Essa tríade permite compreender que a inclusão não é apenas uma questão pedagógica, mas política e social, exigindo articulação entre diferentes setores e reconhecimento da diversidade como valor central.

Formação Docente E Práticas Pedagógicas Inclusivas Para Crianças Neurodivergentes

A formação docente é um dos elementos centrais para a efetivação da educação inclusiva. No Brasil, embora haja avanços normativos que reconhecem a necessidade de preparar professores para lidar com a diversidade, ainda persiste uma lacuna significativa entre o que está previsto nas legislações e o que se concretiza na prática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que os cursos de licenciatura devem contemplar conteúdos voltados à educação especial e inclusiva, mas muitas instituições de ensino superior ainda oferecem uma abordagem superficial, sem aprofundar metodologias específicas para atender crianças neurodivergentes.

A formação inicial dos professores, em grande parte, permanece centrada em modelos tradicionais de ensino, que privilegiam a homogeneidade da turma e a padronização dos processos de aprendizagem. Esse modelo contrasta com a realidade da sala de aula inclusiva, onde a diversidade cognitiva exige flexibilidade, criatividade e sensibilidade pedagógica. Como apontam Silva e Oliveira (2021), “a inclusão escolar só se torna efetiva quando há

diálogo entre políticas sociais, formação docente e práticas pedagógicas adaptadas” (p. 45).

Já a formação continuada surge como estratégia fundamental para suprir lacunas da formação inicial. Programas de capacitação oferecidos por secretarias municipais e estaduais de educação, muitas vezes em parceria com universidades, têm buscado sensibilizar e instrumentalizar professores para lidar com a neurodivergência. No entanto, tais iniciativas ainda são pontuais e não alcançam todos os profissionais da rede pública.

No campo das práticas pedagógicas inclusivas, destacam-se metodologias que valorizam a singularidade de cada estudante. O uso de currículos flexíveis, recursos multimídia, tecnologias assistivas e estratégias diferenciadas de avaliação são exemplos de práticas que podem favorecer a aprendizagem de crianças neurodivergentes. Armstrong (2017) defende que reconhecer a neurodiversidade é reconhecer que cada cérebro aprende de forma distinta, e que a escola deve ser capaz de acolher essa pluralidade.

Além disso, a participação da família é essencial para o sucesso das práticas inclusivas. O diálogo entre escola e família possibilita compreender melhor as necessidades da criança e construir estratégias conjuntas de apoio. Nesse sentido, a intersetorialidade se manifesta não apenas na articulação entre políticas públicas, mas também na cooperação entre diferentes atores sociais.

Outro aspecto relevante é a gestão escolar. Diretores e coordenadores pedagógicos desempenham papel estratégico na implementação de práticas inclusivas, ao promover uma cultura institucional que valorize a diversidade e ao garantir condições

materiais e humanas para que os professores possam desenvolver metodologias adequadas. A gestão escolar inclusiva deve articular saúde, assistência social e educação, criando redes de apoio que assegurem integralidade das ações.

Por fim, é importante destacar que a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas não podem ser compreendidas como ações isoladas. Elas devem estar inseridas em um contexto mais amplo de políticas sociais intersetoriais, que reconheçam a neurodivergência como parte da diversidade humana e assegurem os direitos das crianças em todas as dimensões da vida.

Práticas Pedagógicas Inclusivas: Metodologias Diferenciadas, Currículos Flexíveis E Recursos Adaptados

A efetivação da educação inclusiva exige que as práticas pedagógicas sejam repensadas de modo a contemplar a diversidade cognitiva presente nas salas de aula. Crianças neurodivergentes, como aquelas com autismo, TDAH ou dislexia, apresentam modos distintos de aprender e interagir, o que demanda metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e recursos adaptados. Nesse sentido, a escola precisa superar o modelo tradicional de ensino homogêneo e adotar estratégias que valorizem a singularidade de cada estudante. Entre as metodologias diferenciadas, destacam-se aquelas que favorecem a aprendizagem colaborativa, o ensino multisensorial e o uso de tecnologias assistivas.

Essas práticas permitem que os alunos participem de forma ativa, reduzindo barreiras cognitivas e ampliando o engajamento. A flexibilização curricular, por sua vez, é essencial para garantir que os

conteúdos sejam acessíveis a todos. Isso implica adaptar objetivos de aprendizagem conforme as necessidades individuais, diversificar estratégias avaliativas e incluir temas que promovam respeito à diversidade e cidadania. Já os recursos adaptados constituem instrumentos indispensáveis para assegurar acessibilidade, como materiais em formatos alternativos, apoio de mediadores e organização do espaço físico para reduzir estímulos excessivos.

Para sistematizar esses elementos, o quadro a seguir sintetiza as principais dimensões das práticas pedagógicas inclusivas, seus exemplos e impactos:

Dimensão	Exemplos	Impactos
Metodologias diferenciadas	Aprendizagem colaborativa, ensino multisensorial, uso de tecnologias assistivas	Favorecem engajamento, reduzem barreiras cognitivas e ampliam participação
Currículos flexíveis	Adaptação de objetivos, diversificação de avaliações, inclusão de temas sobre diversidade	Garantem equidade, respeitam ritmos individuais e promovem cidadania
Recursos adaptados	Materiais acessíveis, apoio de mediadores, organização do espaço físico	Asseguram acessibilidade, reduzem estresse e ampliam autonomia dos estudantes

Fonte: os próprios autores(2026)

Esse conjunto de práticas revela que a inclusão não pode ser compreendida apenas como acesso físico à escola, mas como garantia de permanência e aprendizagem significativa. Ao reconhecer que cada criança possui um modo próprio de aprender, a escola se torna capaz de construir um ambiente verdadeiramente

inclusivo, no qual a diversidade é valorizada como parte da riqueza da experiência humana.

Além disso, tais práticas só se consolidam quando articuladas com políticas sociais intersetoriais, envolvendo saúde, assistência social e família, de modo a assegurar integralidade das ações e efetividade na garantia dos direitos das crianças neurodivergentes.

A consolidação de práticas pedagógicas inclusivas requer não apenas a adoção de metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e recursos adaptados, mas também uma mudança cultural no interior das instituições escolares. A inclusão não pode ser vista como um favor ou como uma medida compensatória, mas como um direito que deve ser garantido por meio de políticas públicas e práticas pedagógicas consistentes. Nesse sentido, é fundamental que os professores compreendam que a diversidade cognitiva não representa um obstáculo ao processo de ensino-aprendizagem, mas uma oportunidade de enriquecer o ambiente escolar. Ao reconhecer que cada criança possui um modo próprio de aprender, o docente amplia sua capacidade de criar estratégias pedagógicas que favoreçam a participação de todos.

A adoção de metodologias diferenciadas, como o ensino colaborativo e o uso de tecnologias assistivas, contribui para que os estudantes neurodivergentes possam desenvolver suas potencialidades em um ambiente que respeite seus ritmos e estilos de aprendizagem. Da mesma forma, currículos flexíveis permitem que os objetivos educacionais sejam adaptados às necessidades individuais, evitando a exclusão por meio de avaliações padronizadas que não consideram a diversidade. Os recursos adaptados, por sua vez, asseguram acessibilidade e autonomia, permitindo que os

estudantes tenham condições de participar plenamente das atividades escolares.

Contudo, a efetividade dessas práticas depende de uma articulação intersetorial que envolva não apenas a escola, mas também os serviços de saúde e assistência social. A identificação precoce das necessidades educacionais específicas, realizada em parceria com profissionais da saúde, é essencial para que as adaptações pedagógicas sejam implementadas de forma adequada. Além disso, o apoio psicossocial oferecido por equipes multiprofissionais contribui para reduzir barreiras emocionais e sociais que dificultam a inclusão.

É importante destacar que a participação da família desempenha papel estratégico nesse processo. O diálogo entre escola e família possibilita compreender melhor as necessidades da criança e construir estratégias conjuntas de apoio. Quando há cooperação entre professores, gestores, profissionais de saúde e familiares, a inclusão deixa de ser uma responsabilidade isolada e passa a ser um compromisso coletivo.

Em síntese, as práticas pedagógicas inclusivas não podem ser compreendidas como ações pontuais ou isoladas, mas como parte de um projeto político-pedagógico que valoriza a diversidade e promove a cidadania plena. A escola inclusiva é aquela que reconhece que a diferença é constitutiva da experiência humana e que, portanto, deve ser acolhida e valorizada. Somente por meio da articulação entre metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e recursos adaptados será possível garantir que crianças neurodivergentes tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de assegurar não apenas o direito à aprendizagem, mas

também o direito à participação social e ao desenvolvimento integral.

3. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA INCLUSÃO ESCOLAR

A família desempenha papel estratégico na construção de processos inclusivos, pois é o primeiro espaço de socialização da criança e o elo fundamental entre escola e comunidade. O envolvimento ativo dos familiares contribui para identificar necessidades específicas, apoiar práticas pedagógicas e articular políticas sociais. Estudos recentes reforçam que o empoderamento das famílias é essencial para que a inclusão seja efetiva e para que os direitos das crianças neurodivergentes sejam garantidos.

Segundo Rodrigues (2025), o empoderamento familiar fortalece a autonomia das crianças e amplia sua capacidade de participação social, ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento da família como parceira legítima no processo educativo. Costa, Ercole e Paes (2025) destacam que a participação familiar promove maior motivação, engajamento e autoestima, além de contribuir para o desenvolvimento emocional e social dos alunos com necessidades educativas.

A literatura recente também aponta que a colaboração entre família, escola e redes de apoio é indispensável. Boechat et al. (2024) enfatizam que a inclusão escolar depende de uma abordagem contínua e colaborativa, na qual famílias e escolas compartilham responsabilidades. Orrú (2024) e Hübner (2024) reforçam que a criação de ambientes escolares acolhedores só é possível quando há diálogo permanente com os familiares.

Principais Contribuições Da Participação Familiar

- **Apoio pedagógico:** acompanhamento das atividades escolares e colaboração na adaptação de metodologias.
- **Articulação com políticas sociais:** famílias atuam como mediadoras entre escola e serviços de saúde e assistência social.
- **Fortalecimento da autoestima:** crianças neurodivergentes sentem-se mais seguras quando percebem o apoio familiar.
- **Redução de barreiras atitudinais:** o envolvimento da família ajuda a desconstruir preconceitos e estigmas.

Quadro Síntese 1: Papel Da Família Na Inclusão Escolar

Dimensão	Contribuições	Autores atuais
Apoio pedagógico	Acompanhamento das atividades, adaptação de metodologias	Costa, Ercole e Paes (2025)
Articulação intersetorial	Mediação entre escola, saúde e assistência social	Boechat et al. (2024); Orrú (2024)
Fortalecimento da autoestima	Maior motivação e engajamento dos estudantes	Hübner (2024); Rodrigues (2025)
Redução de barreiras	Combate a preconceitos e estigmas	Observatório de Inclusão Escolar (2024)

Fonte: os próprios autores(2026)

Após o quadro apresentado, é importante destacar que a participação da família não se limita a ações pontuais ou ao acompanhamento das tarefas escolares, mas deve ser

compreendida como parte de um processo contínuo de corresponsabilidade. Quando os familiares se engajam de forma ativa, colaborando com professores, gestores e profissionais da saúde e assistência social, eles contribuem para a construção de uma rede de apoio que fortalece a permanência escolar e amplia as possibilidades de aprendizagem. Essa atuação conjunta permite que as práticas pedagógicas inclusivas sejam mais efetivas, pois a família traz informações valiosas sobre as necessidades e potencialidades da criança, além de atuar como mediadora na articulação com políticas sociais. Nesse sentido, a inclusão escolar deixa de ser apenas uma diretriz normativa e se transforma em uma prática concreta, capaz de assegurar às crianças neurodivergentes não apenas o direito à educação, mas também o direito à cidadania plena e ao desenvolvimento integral.

A participação da família na inclusão escolar não pode ser compreendida apenas como um apoio complementar, mas como um eixo estruturante para a efetividade das políticas educacionais voltadas às crianças neurodivergentes. A literatura recente tem enfatizado que o envolvimento familiar é decisivo para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes, pois a família constitui o primeiro espaço de socialização e de construção de identidade. Quando os familiares se engajam no processo educativo, colaborando com professores e gestores, cria-se uma rede de apoio que fortalece a permanência escolar e amplia as possibilidades de aprendizagem.

Rodrigues (2025) argumenta que o empoderamento das famílias é essencial para que a inclusão seja efetiva, uma vez que elas atuam como mediadoras entre a escola e os serviços de saúde e assistência social. Esse papel de mediação é particularmente relevante em

contextos de neurodivergência, nos quais diagnósticos precoces e acompanhamento especializado são fundamentais para orientar práticas pedagógicas adaptadas. Costa, Ercole e Paes (2025) reforçam que a participação familiar promove maior motivação e autoestima nos estudantes, além de contribuir para a redução de barreiras emocionais que dificultam a inclusão.

Outro aspecto importante é que a família contribui para desconstruir preconceitos e estigmas associados à neurodivergência. Ao participar ativamente das atividades escolares, os familiares ajudam a sensibilizar a comunidade educativa, promovendo uma cultura de respeito à diversidade. Boechat et al. (2024) destacam que a inclusão escolar só se torna sustentável quando há colaboração contínua entre escola e família, em um processo de corresponsabilidade. Orrú (2024) acrescenta que a criação de ambientes escolares acolhedores depende do diálogo permanente com os familiares, que trazem informações valiosas sobre as necessidades e potencialidades das crianças.

Além disso, a participação da família fortalece a articulação intersetorial das políticas sociais. Ao atuar como ponte entre escola, saúde e assistência social, os familiares contribuem para que as ações sejam integradas e coerentes. Hübner (2024) observa que essa articulação é indispensável para garantir integralidade no atendimento às crianças neurodivergentes, evitando que elas sejam submetidas a práticas fragmentadas e pouco eficazes.

Em síntese, a participação da família na inclusão escolar deve ser compreendida como um direito e uma responsabilidade compartilhada. Mais do que apoiar o processo pedagógico, os familiares atuam como agentes de transformação social,

contribuindo para a efetividade das políticas públicas e para a construção de uma sociedade inclusiva. A literatura atual evidencia que, quando a escola reconhece a corresponsabilidade das famílias e estabelece canais de diálogo permanentes, a inclusão deixa de ser apenas um ideal normativo e se torna uma prática concreta, capaz de assegurar às crianças neurodivergentes o direito à educação e à cidadania plena.

4. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a efetivação da educação inclusiva para crianças neurodivergentes depende de um conjunto articulado de fatores que vão além da dimensão pedagógica. As políticas sociais, embora tenham avançado desde a Constituição de 1988 e com marcos como a LDB, o Plano Nacional de Educação e a Lei Brasileira de Inclusão, ainda enfrentam obstáculos significativos na prática, sobretudo pela fragmentação institucional e pela ausência de mecanismos consistentes de intersectorialidade. A escola, isoladamente, não consegue responder às demandas complexas da neurodivergência; é necessário que saúde, assistência social e educação atuem em conjunto, formando uma rede de proteção e apoio.

Nesse contexto, a formação docente e as práticas pedagógicas inclusivas surgem como elementos centrais. Metodologias diferenciadas, currículos flexíveis e recursos adaptados são instrumentos que permitem reconhecer e valorizar a singularidade de cada estudante, transformando a diversidade em riqueza pedagógica. Contudo, tais práticas só se consolidam quando acompanhadas de formação continuada e de uma gestão escolar comprometida com a inclusão. A literatura recente, como apontam

Silva e Oliveira (2021) e Armstrong (2017), reforça que a neurodiversidade exige uma mudança de paradigma, deslocando o olhar da deficiência para a diferença.

A participação da família, por sua vez, constitui um eixo estruturante da inclusão. Autores atuais como Rodrigues (2025), Costa, Ercole e Paes (2025) e Boechat et al. (2024) demonstram que o envolvimento familiar fortalece a autoestima, amplia a motivação e contribui para a articulação intersetorial das políticas sociais. A família, ao atuar como mediadora entre escola e serviços públicos, garante que as necessidades das crianças sejam atendidas de forma integral e contínua.

Portanto, a conclusão que se impõe é que a inclusão escolar de crianças neurodivergentes não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva da escola, mas como um compromisso coletivo que envolve Estado, sociedade e família. A intersetorialidade é condição indispensável para que os direitos sejam assegurados, e a valorização da diversidade deve ser o princípio orientador de todas as ações. Recomenda-se, assim, o fortalecimento da formação docente, a ampliação de recursos pedagógicos, a criação de mecanismos institucionais de cooperação entre setores e o incentivo à participação ativa das famílias.

Somente por meio de políticas integradas e práticas pedagógicas inclusivas será possível consolidar uma sociedade verdadeiramente democrática, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade humana em todas as suas dimensões. A educação inclusiva, nesse sentido, não é apenas um direito, mas um caminho para a cidadania plena e para a construção de um futuro mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. **Relatório global de monitoramento da educação: inclusão e educação – todos, sem exceção**. Paris: UNESCO, 2020.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutorando em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Doutorando em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutor em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Doutorando em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Mestranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Doutoranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹⁰ Mestrando em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

¹¹ Doutoranda em Ciências da Educação – Christian Business School – Paris, França. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)